

-----ATA N.º 4/2016 -----

-----Aos 30 dias do mês de setembro de 2016, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----Vera Lúcia Alves Portugal; -----

-----José Albano Pereira Marques; -----

-----João Paulo Monteiro Antunes; -----

-----João Manuel Gaspar de Andrade; -----

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa; -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá; -----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra; -----

-----Maria Angelina Marques Dias; -----

-----Maria Silvina Achando da Cruz Santos; -----

-----António Carlos do Nascimento Marques; -----

-----Hélder Achando Costa; -----

-----Luís Filipe Pinheiro Costa; -----

-----António dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; ---

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana; -----

-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; ---

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro; -----

-----António Manuel Pinto Patrício, Presidente da Junta de Freguesia da Lageosa do Mondego; -----

-----Luís Bernardo Pina Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela;-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira;

-----Aires Manuel da Silva Relvas, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Marco Paulo de Andrade Rodrigues, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa;-----

-----Teresa Susana Ferreira Tente, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais;-----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----Célia Maria Cerejo Lopes dos Santos, Tesoureira da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, em substituição do Senhor José Rocha Gonçalves.-----

-----**Faltou a esta sessão e justificou atempadamente a sua ausência, o seguinte membro:**-----

-----António Carlos Reis da Fonseca Faria de Almeida.-----

-----**Faltaram a esta sessão e não justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Manuel Matos Torres.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, os Senhores Vereadores José Luís Saúde Cabral e Manuel António de Almeida Portugal e a Senhora Vereadora Maria do Céu Neves Martins Louro.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, Filipe Miguel Rosa Guerra e Flávio Manuel Granjal de Sá, na qualidade de primeiro e segundo secretários respetivamente, declarou aberta a sessão.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----No uso da palavra, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** solicitou, novamente, aos Senhores Deputados e Presidentes de Junta, que façam chegar junto da secção de contabilidade, NIB e *email*, para pagamentos futuros. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro** questionou em que fase se encontra a ampliação do cemitério de Celorico-Gare. -----

-----Pretendeu também ser esclarecido quanto aos critérios base, para cedência da máquina retroescavadora às juntas de freguesia.-----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa** questionou também, os critérios de cedência da máquina retroescavadora às juntas de freguesia. Disse ainda, que a bomba do

fontanário da Aldeia Rica encontra-se avariada, questionando sobre a reparação da mesma.-----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** usou da palavra para prestar um agradecimento aos Bombeiros Voluntários do concelho de Celorico da Beira, pelo serviço prestado no combate aos incêndios florestais. Disse ainda, que a sua senha de presença irá reverter a favor desta corporação, desafiando os restantes membros da Assembleia Municipal a fazer o mesmo, caso assim o entendam.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que já havia alertado para a necessidade de elaboração de um plano, onde ficasse definido quais os horários disponíveis da máquina para as respetivas juntas de freguesia. No caso de serviços mais urgentes, teriam de recorrer a entidades externas.

-----Sobre a intervenção da Senhora Deputada Silvina Santos considera, que para além do proposto, todos os Celoricenses deveriam ser sócios dos Bombeiros Voluntários.-----

-----Questionou em que moldes será feita a transição dos funcionários do Lagar Municipal e o Solar do Queijo, bem como qual o projeto turístico do qual irão beneficiar estes equipamentos, no futuro. Enquanto membros da Assembleia Municipal estão disponíveis para participar nessa discussão e apresentar contributos.-----

-----Por fim, pretendeu saber qual o ponto de situação no que diz respeito ao processo a correr termos em Tribunal, para desocupação do terreno onde está instalada a comunidade de etnia cigana.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** disse que existem vários aspetos positivos no concelho que devem ser valorizados, nomeadamente ao nível do desporto. Referiu, que decorreu de 22 a 25 de setembro, o 18.º Campeonato Mundial da KPS, em Bombaim, na Índia. Participou neste evento uma comitiva da seleção Portuguesa da KPS, em representação de

Portugal, composta por 11 elementos, sendo um dos atletas, Rodrigo Remédios da UKSB – Escola de Karaté de Celorico da Beira, que obteve três primeiros lugares em kata individual e equipa, bem como em kumite por equipas. Face ao exposto, apresentou um voto de louvor ao atleta Rodrigo Remédios e ao treinador César Olival. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal. -----

-----Na sequência da intervenção do Senhor Deputado José Albano, o Senhor **Vereador Manuel Portugal** endereçou os parabéns ao aluno e atleta Rodrigo Remédios, bem como família, treinador e toda a comunidade, pela vitória alcançada. Deu conhecimento de que foi aprovado em reunião de câmara a atribuição de um apoio monetário para fazer face às despesas inerentes à deslocação deste jovem, que atendendo às circunstâncias do município, foi simbólica. -----

-----Referiu-se às candidaturas dos alunos de Celorico da Beira, à Universidade, dando conhecimento de que foram colocados na primeira fase, cerca de 90%. Enquanto Vereador e Diretor do Agrupamento de Escolas, deixa um agradecimento aos alunos e respetivas famílias. -----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes. De seguida, e em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro, disse que havia informado o encarregado geral para efetuar a limpeza dos caminhos em concordância com a disponibilidade dos Senhores Presidentes de Junta. No que concerne à ampliação do cemitério

de Celorico-Gare, deu conhecimento de que neste momento decorre um processo de expropriação. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa, sobre a bomba do fontanário da Aldeia Rica, disse que terão de proceder à sua substituição, uma vez que a existente não tem reparação. Esclareceu, que apesar desta situação, os habitantes desta aldeia têm água da rede.-----

-----No que diz respeito ao Lagar Municipal disse que havia sido deliberado na reunião de Câmara do dia 7/9/2016, a cedência de exploração do mesmo, contudo é de opinião que deveria ser efetuada uma análise mais abrangente das alternativas para o Lagar Municipal, desde procurar manter o conceito de centro de interpretação gastronómica, como através da realização de um protocolo com o Agrupamento, para a componente prática, uma vez que detém cursos na área da restauração. Relativamente ao Solar do Queijo, espaço reconhecido tanto a nível nacional como internacional, disse que devem manter o conceito do mesmo, impulsionando o queijo Serra da Estrela. -----

-----Relativamente à comunidade de etnia cigana, é uma situação que se mantém inalterada, ou seja, a autarquia, por si só, não tem capacidade para realojar estas famílias. Dirigiu uma palavra de apreço ao agente de execução, que tem sido incansável. Relativamente às diligências efetuadas, deu conhecimento de que foi realizada uma reunião no IHRU, delegação do Porto, na qual a autarquia expôs este assunto, bem como, quais as démarches já efetuadas, nomeadamente, o espaço disponível e a verba dotada em orçamento. A solução apresentada seria em termos de área de reabilitação urbana, que consiste na criação de condições que permitem assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontrem degradados, ou funcionalmente inadequados. Posteriormente, foi realizada uma reunião onde esteve presente o Senhor Vereador José Luís Cabral, com a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino, onde foi avançada a possibilidade de uma reunião com o IHRU, no sentido

de ser disponibilizada uma verba para aquisição de casas pré-fabricadas, para realojamento destas famílias. Contudo, foi também solicitada uma reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, com o intuito de expor toda esta situação. Deu ainda conhecimento de que neste momento decorrem negociações para aquisição de um terreno, junto da malha urbana, para realojamento desta comunidade. -----

-----Endereçou também os parabéns ao atleta Rodrigo Remédios, pela vitória alcançada no Campeonato Mundial da KPS, em Bombaim, na Índia. -

-----Por fim, apresentou um Voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários, extensível à Proteção Civil e Sapadores Florestais, em reconhecimento do papel que têm desempenhado no combate aos incêndios florestais.-----

-----Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados foram postos a votação os Votos de Louvor apresentados, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----**VOTO DE LOUVOR AO ATLETA RODRIGO REMÉDIOS E TREINADOR CÉSAR OLIVAL**-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os Votos de Louvor apresentados pelo Senhor Deputado José Albano, ao atleta Rodrigo Remédios e Treinador César Olival, relativamente à vitória alcançada no campeonato Mundial da KPS, realizado em Bombaim, na Índia.** -----

-----**VOTO DE LOUVOR AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CELORICO DA BEIRA, SAPADORES FLORESTAIS E PROTEÇÃO CIVIL**

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Louvor apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, aos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, Sapadores Florestais e Proteção Civil, em reconhecimento do papel que têm desempenhado no combate aos incêndios florestais.** -----

-----Usou novamente da palavra, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** para manifestar o seu agrado perante a explanação do Senhor Presidente da Câmara no que diz respeito à função do Lagar Municipal e Solar do Queijo. Considera, que é um projeto bem pensado, sendo de opinião que devem aproveitar as valências de que dispõem, também a nível internacional. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou que as bancadas apresentem contributos para a dinamização do Lagar Municipal e Solar do Queijo. Acrescentou, que existem vários parceiros com interesse nestas áreas, que detêm conhecimentos gastronómicos. -----

-----Relativamente ao realojamento da comunidade de etnia cigana, a Senhora **Deputada Vera Portugal** referiu que o executivo está há vários anos, à procura da solução ideal para um problema sem resolução à vista. Urge, por isso, a definição de uma solução intermédia, exequível. Acrescentou, que contrariamente ao referido, esta comunidade tem vindo a aumentar. Reiterou a urgência de realojar esta comunidade, até porque, não se trata apenas da gestão da imagem do espaço urbano, mas sim de um problema ambiental e de saúde pública. É moradora na zona circundante e verifica que há pessoas a coabitar com animais de grande porte, fazendo ambos as suas necessidades fisiológicas ao longo da rua. Sugere, e uma vez que a resolução ambicionada pelo executivo não é de célere execução, que se defina em alternativa uma estratégia intermédia, através da aquisição de um terreno próximo do perímetro urbano, onde seja edificada, uma casa de banho, para que esta comunidade possa ter, no mínimo, asseguradas as necessidades básicas de higiene. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** disse que a problemática da comunidade de etnia cigana, é uma preocupação de todos. Já foram

efetuadas algumas diligências no sentido da sua resolução, nomeadamente a existência de um terreno na periferia. Disse também, que de facto, o executivo nunca foi recebido pelas entidades competentes, enquanto o Governo era PSD, neste momento essa situação alterou-se. Efetivamente, a Senhora Deputada Vera Portugal tem razão quando refere tratar-se de uma questão de saúde pública e ambiental, contudo essa matéria não é da competência do executivo municipal, mas sim, das autoridades competentes. -----

-----No que concerne ao Lagar Municipal, lugar aprazível, situado junto ao Rio Mondego, considera que a Escola seria um parceiro ideal na sua dinamização, tendo inclusive a vertente de hotelaria. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal. -----

-----Ainda sobre a comunidade de etnia cigana, o Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que é de lamentar, que em pleno século XXI, haja munícipes do concelho de Celorico da Beira a viver nestas condições. É uma comunidade pacífica, que precisa de apoio, mas que o poder central nada fará em prol da sua resolução. Enquanto Vereadores, Presidentes de Junta e Deputados Municipais, têm responsabilidades na resolução desta problemática. -----

-----Disse ainda, que caso a autarquia não tome medidas para resolver esta questão, irá denunciar a mesma junto das entidades competentes, bem como, e juntamente com os moradores da zona circundante, solicitar a redução no valor a pagar de IMI, por considerar que são prejudicados, em relação aos restantes munícipes do concelho. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----Sobre o realojamento dos munícipes de etnia cigana, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** compreende que é uma situação complexa, nomeadamente para os moradores contíguos. Referiu, novamente, que foi realizada uma reunião no IHRU, delegação do Porto, na qual a autarquia expôs este assunto, bem como, quais as diligências já efetuadas, nomeadamente, o espaço disponível e a verba dotada em orçamento. Posteriormente, foi também realizada uma reunião com a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino, onde foi avançada a possibilidade de uma reunião com o IHRU, no sentido de ser disponibilizada uma verba para aquisição de casas pré-fabricadas, para realojamento destas famílias. Contudo, foi também solicitada uma reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, com o intuito de expor toda esta situação.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** lançou um repto ao executivo, no sentido de convidar o Ex.mo Senhor Presidente da República, para o evento da Feira do Queijo, e em simultâneo dar conhecimento da situação da comunidade de etnia cigana, fazendo inclusive uma visita guiada ao local.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DO DIA 30/6/2016**-----

-----Foi presente a ata n.º 3, referente à sessão ordinária do dia 30/6/2016, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com 3 abstenções, por não terem estado presentes na referida reunião.** -----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/6/2016**-----

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado nos prazos estabelecidos, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta do Senhor Deputado:-----

-----Manuel Matos Torres.-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/6/2016**-----

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----

-----António Manuel Pinto Patrício, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego.-----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o documento distribuído continha toda a informação sobre a atividade municipal, desde a última Assembleia Municipal, pelo que, se colocava à disposição dos Senhores Deputados caso pretendessem algum esclarecimento. -----

-----No que concerne à situação financeira do Município, disse que a mesma ainda é delicada, com um montante elevado de dívida, tendo em conta a dimensão do Município. Tem-se conseguido liquidar as dívidas recentes a 90 dias, sendo que os fornecedores do concelho estão a receber até 30 dias, ao contrário do que tem sido vinculado na comunicação social, de que o prazo médio de pagamentos do município de Celorico da Beira é de 3 anos. À presente data, a dívida total a terceiros, de acordo com a Lei das Finanças Locais é cerca de 18.550.323€, tendo-se reduzido 554.049€, face a 2015. Em termos de endividamento, o município já cumpriu com a redução dos 10% do excesso, conforme obriga a Lei das Finanças Locais. Relativamente à redução dos pagamentos em atraso, disse que os mesmos estão a diminuir, sendo que a redução face a setembro de 2015, foi de 7,52%, pelo que, até ao final do ano deverá ser atingido o objetivo de redução dos 10%, a que obriga a Lei dos Compromissos. No que diz respeito ao FAM, referiu que o mesmo foi aprovado a 1/9/2015. À presente data estão a decorrer negociações com a banca, no sentido de serem reestruturados os financiamentos em atraso para pagamento de menor juro. Estão também a reestruturar algumas dívidas a fornecedores. O FAM solicitou alterações ao plano, no sentido de incluir dívida bancária. -----

-----Deu conhecimento das principais dívidas a incluir no FAM: Águas de Lisboa e Vale do Tejo (3.015.728,92€); Manuel Rodrigues Gouveia – Variante (3.546.753,27€); Manuel Rodrigues Gouveia – Habitação Social (1.303.431,00€); Factorings BCP (777.574,06€); AMCB (154.886,68€) e EMCEL (407.417,83€), num total de 9.205.791,76€. -----

-----Referiu que o valor solicitado no âmbito do FAM foi de 12.705.108,50€, tendo sido aprovado 11.364.860,00€, sendo que neste momento apenas é necessário 11.222.392,60€. -----

-----Deu ainda conhecimento de que a Loja de Lisboa já está paga, ficando a mesma no valor de 163.825,88€. No que diz respeito a pagamento de senhas de presença, até à presente data, já foram pagos 297.296,63€. -----

-----Dirigiu-se aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do Baraçal e Minhocal, dando conhecimento de que está elaborado um plano de pagamento de dívida antiga, e que espera que até ao final do ano esteja pago. -----

-----Mencionou uma notícia publicada num jornal sobre o mau estado de conservação da estrada de Carnicães, contudo, neste momento, a autarquia não tem expensas próprias para efetuar essa obra. -----

-----Referiu-se ao Plano de Ação e Reabilitação das Fossas Municipais, dizendo que era um investimento que abrangia a maioria das fossas do concelho, no âmbito de uma candidatura ao POSEUR. No entanto, para este investimento ser aprovado, teria que previamente ser aprovada uma candidatura elaborada pela AMCB, para todos os municípios relativamente ao levantamento do cadastro das redes de saneamento e abastecimento de águas, sendo que para aprovação desta candidatura, com um investimento de 4ME para todos os municípios, era exigida a emissão de uma declaração de não dívida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que caso não fosse apresentada, colocaria em risco a candidatura de todos os municípios da AMCB. Esta declaração não foi emitida e apresentada aquando da submissão da candidatura, tendo o município reiterado o pedido. Na sequência deste pedido, foi exigido que o município celebrasse com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo um acordo de transação para pagamento da dívida em atraso, uma vez que a dívida atual, é paga mensalmente. Referiu ainda, não estar em condições de cumprir com este acordo, devido à situação financeira do município. Deu ainda conhecimento de que havia solicitado uma reunião com o Conselho de Administração desta empresa, com o intuito de resolver esta questão. -----

-----De seguida, deu conhecimento do ponto de situação das candidaturas ao Portugal 2020, nomeadamente as candidaturas contempladas no PACTO CIM-BSE, documento cuja cópia se anexa a esta (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----Disse que este quadro comunitário ficou muito aquém das expectativas previstas, uma vez que a maioria das autarquias está ainda em fase de aprovação de candidaturas e celebração de contratos de financiamento, falando-se já em preparação de projetos em *overbooking*. ---

-----Deu conhecimento de que o município de Celorico da Beira havia lançado também, no antigo quadro comunitário, duas obras em *overbooking*, nomeadamente o parque de estacionamento no antigo Mercado dos Paus e a Requalificação das Ruas Luís Vaz de Camões e Gago Coutinho, das quais apenas se recebeu o financiamento da primeira.-

-----Relativamente à ARU de Celorico da Beira, disse que foi submetido o Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), com financiamento no valor de 1.200.000,00€. Valor que foi reduzido na sequência de uma reunião na CCDRC, para 752.000,00€, ficando apenas uma intervenção contemplada no plano para a 2.ª fase, que é o Mercado Leilão de Gado. Trata-se de uma imposição da CCDRC em função da densidade populacional do município. No entanto, foi referido numa reunião, que se a autarquia avançar com um projeto ainda este ano, terá acesso ao chamado “acelerador”, que é uma majoração de 10%. Referiu ainda, que pretende avançar com a requalificação da Praça da República.-----

-----No uso da palavra, a Senhora **Deputada Isabel Flor** fez menção a uma reunião em Gouveia, onde esteve presente o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, questionado o Senhor Presidente da Câmara sobre o que resultou da mesma.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que esta reunião teve como objetivo discutir a problemática da água e saneamento dos concelhos que fazem parte da concessão em alta. Referiu ainda, que as Águas de Lisboa e Vale do Tejo pretendem ficar com a concessão da baixa. -----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** referiu-se à informação escrita, questionando sobre o protocolo aprovado entre a Associação do Comércio e Serviços do Distrito da Guarda e o Município de Celorico da Beira, relativo ao programa “Comércio Investe”. -----

-----A Senhora **Deputada Vera Portugal** verifica pela análise da informação escrita, que foram notificados os proprietários de terrenos para execução de gestão de combustíveis, questionando qual o procedimento adotado pela autarquia, nestas situações. -----

-----Relativamente às escolas de Lajeosa do Mondego, Celorico da Beira e Sacadura Cabral, questionou o âmbito de intervenção. Pretendeu também ser esclarecida sobre o Plano de Mobilidade para o Interior. -----

-----Em resposta às questões colocadas, o Senhor **Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento de que o protocolo relativo ao programa “Comércio Investe”, está em fase de estudo. -----

-----Relativamente à execução de gestão de combustíveis, deu conhecimento que de acordo com a Lei, a mesma é obrigatória à volta das edificações e aglomerados populacionais. No caso de incumprimento, a autarquia notifica o proprietário, sendo-lhe aplicada a respetiva coima e posteriormente feita a limpeza. No que diz respeito às escolas, o âmbito de intervenção será apenas de ampliação e reconstrução, de acordo com o parecer da DGEstE. -----

-----O Plano de Mobilidade para o Interior, diz respeito ao regime de descontos nas portagens. Prende-se com a redução dos valores das taxas

de portagens nas autoestradas das regiões economicamente mais desfavorecidas ou geograficamente mais penalizadas. Em resultado de uma avaliação técnica, foram selecionadas para aplicação de descontos várias autoestradas, nomeadamente a autoestrada das Beiras Litoral e Alta, a A25 entre Albergaria-a-Velha e Vilar Formoso e a autoestrada da Beira Interior, a A23 entre Torres Novas e Guarda. O desconto seria de 15% sobre o preço atual, para todas as classes de veículos. -----

-----A Senhora **Deputada Vera Portugal** relativamente ao financiamento do Plano de Ação para a Regeneração Urbana, no montante de 752.000,00€, uma vez que é um valor baixo, considera, que provavelmente dará apenas para uma obra, questionando a que se destina. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu uma vez mais, que o Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), tinha um financiamento no valor de 1.200.000,00€. No entanto, este valor foi reduzido na sequência de uma reunião na CCDRC, para 752.000,00€, ficando apenas uma intervenção contemplada no plano para a 2.ª fase, que é a adaptação do Antigo Mercado de Leilão de Gado, a Observatório e Polo de Investigação do Queijo Serra da Estrela. O financiamento aprovado, ou seja, os 752.000,00€, será distribuído por várias obras, nomeadamente: Requalificação da Praça da República; Recuperação de um Edifício para apoio ao Parque de Estacionamento e Centro Histórico; Requalificação do Largo da Corredoura e realocização do Monumento de Nossa Sr.ª de Fátima; Requalificação do Largo Tenente Coronel Alberto Magalhães Osório; Requalificação da Praça de Santa Maria e Requalificação do Largo do Tabulado. -----

-----Perante a resposta do Senhor Presidente da Câmara, a Senhora **Deputada Vera Portugal** sugere, e atendendo ao valor em questão, que faça apenas uma obra. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** referiu a dívida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, dizendo ficar perplexo, pelo facto de um organismo público-privado, aplicar uma taxa de juro, que por sua vez é superior à praticada pela banca, a um município que cumpre com o pagamento, mensal, da água e saneamento. É de opinião, que esta entidade, à semelhança da ADSE, deveria perdoar os juros da dívida de entidades do estado em relação à autarquia, uma vez que o princípio elencado na Lei 50 não está a ser cumprido por organizações referenciadas como estado, ou seja, AdZC. Sugeriu, que fosse elaborada uma proposta, dirigida ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente, repudiando as taxas de juro aplicadas a esta Câmara Municipal.-----

-----No que concerne à requalificação das escolas, fica satisfeito pela intervenção que será feita nas mesmas, acrescentando que o projeto para a escola Sacadura Cabral é o que havia idealizado.-----

-----**4. MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**-----

-----Foi presente o documento em título, o qual mereceu parecer favorável do executivo, em reunião de Câmara, realizada no dia 21/9/2016, documento cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento de que na reunião de Câmara de 21/6/2016, havia sido emitido parecer favorável relativamente à Delegação de Competências na CIM-BSE,

referente aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais. Tendo sido também submetido à Assembleia Municipal de 30/6/2016, que autorizou a referida delegação de competências.-----

-----A delegação de competências, concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos, cuja minuta é aprovada pela Assembleia Municipal. Mais informa, que considerando o disposto no n.º 8, do art.º 10.º, do RJSPTP da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, os contratos são remetidos ao IMT, I.P., previamente à sua entrada em vigor, para verificação da sua conformidade com a Lei e publicitação no sítio da Internet daquele organismo. A presente minuta está ainda sujeita a possíveis alterações/retificações que não consubstanciam uma alteração ao seu conteúdo, tornando-o apenas definitivo após as eventuais alterações que possam vir a ser impostas ao respetivo texto por esta entidade reguladora. Depois da comunicação da aprovação do contrato pelo IMT, será remetido à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, o contrato definitivo para efeitos de conhecimento. -----

-----Chamou atenção para a cláusula 26.ª, onde refere que o período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato do órgão deliberativo do município. Contudo, o n.º 2, do mesmo artigo, refere que o contrato se considera renovado após a instalação do órgão deliberativo do município, podendo as partes outorgantes promover a denúncia do mesmo, no prazo de seis meses após a referida instalação. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros.**-----

-----**5. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS 2017**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta

reunião **(5)**, informando de que na reunião ordinária realizada a 21/9/2016, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, a fixação em 5%, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3/9, da percentagem a obter pelo Município de IRS para 2017. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** referiu que a posição da bancada, à semelhança do ano passado, continua a ser no sentido da abstenção. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 abstenções, aprovar a participação variável de IRS para o ano económico de 2017, conforme proposto pela Câmara Municipal.**-----

-----**6. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM 2017**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião **(6)**, informando de que na reunião ordinária realizada a 21/9/2016, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, a aplicação, nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, a taxa percentual de 0,25%, para o ano de 2017.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 abstenções, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**---

-----**7. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS 2017**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião **(7)**, informando de que na reunião ordinária realizada a 21/9/2016, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, que se aplicasse nos termos

do art.º 112.º, do CIMI, uma taxa de 0,8%, para prédios rústicos e de 0,5%, para prédios urbanos, para o ano de 2017.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 11 abstenções, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**---

-----**8. APLICAÇÃO DA DERRAMA 2017**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião **(8)**, informando de que na reunião ordinária realizada a 21/9/2016, foi deliberado propor à Assembleia Municipal o lançamento de 1,5% de derrama, para o ano de 2017.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 abstenções, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**---

-----**9. INTERNALIZAÇÃO DA EMCEL – RECURSOS HUMANOS**-----

-----**9.1 ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2016**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata **(9)**, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, informando de que na reunião ordinária realizada 21/9/2016, foi deliberado aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal de 2016.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por esclarecer que de acordo com a proposta inicial, seriam apenas indispensáveis para a prossecução das atividades a internalizar, 24 postos de trabalho, ao invés dos 28. Esta situação deve-se ao facto de o município não seguir com a

internalização da atividade desenvolvida pelo Lagar Municipal, conforme deliberação de câmara do dia 7/9/2016, onde estão afetos 4 funcionários. Informou ainda, que na reunião de Câmara do dia 7/9/2016, a aprovação da cedência de exploração do Lagar Municipal, tinha como requisito a contratação dos referidos funcionários. No entanto, foi de opinião que a decisão fosse revertida e os mesmos fossem integrados no mapa de pessoal agora apresentado.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** verifica pela análise do mapa de pessoal apresentado, que estão afetos à Piscina Municipal, 2 Técnicos Superiores e 2 Assistentes Operacionais. Uma vez que este equipamento se encontra encerrado, sugere a colocação de 1 assistente operacional no pavilhão gimnodesportivo e outro no complexo desportivo (campo de futebol), uma vez que este último, tem apenas afeto 1 funcionário, tendo que os dirigentes do Sporting Clube Celoricense, desempenhar muitas das tarefas necessárias ao seu funcionamento. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Saúde Cabral.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** deu conhecimento de que o município tem apoiado o Sporting Clube Celoricense a vários níveis, desde a atribuição de subsídios para as camadas jovens, ao transporte dos atletas. Referiu, que os Técnicos afetos ao Gabinete de Desporto, apesar das piscinas municipais se encontrarem encerradas, desenvolvem, diariamente, outras atividades, ou seja, ministram aulas de desporto para idosos, deslocando-se aos lares e centros de dia do concelho, bem como, a crianças do agrupamento. No que diz respeito aos assistentes operacionais, deu conhecimento de que os mesmos, fazem o acompanhamento do transporte escolar, pelo que, não podem ser transferidos para outras valências. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Alteração ao Mapa de Pessoal de 2016.**-----

-----**9.2 ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (10), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, informando de que na reunião ordinária realizada 21/9/2016, foi deliberado aprovar a alteração à Estrutura Orgânica do Município.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Alteração à Estrutura Orgânica do Município.**-----

-----**10. ALTERAÇÃO AO INTERIOR DO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CELORICO DA BEIRA – ISENÇÃO DE TAXAS**-----

-----Foi presente, para conhecimento, documento relativo à isenção do pagamento de taxas para a realização da obra de “Alteração do Interior do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira”, que foi aprovada em reunião de Câmara de 21/9/2016.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”.-----

-----Esteve presente nesta reunião, o munícipe José Neves, dando conhecimento de que é proprietário de uma carrinha para venda ambulante, e pretende saber como formalizar a legalização da mesma, por forma a vender no concelho. Já havia colocado esta questão na Assembleia Municipal de 28/12/2015 e até à data de hoje, não obteve qualquer resposta, apenas desculpas.-----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** desconhece os pormenores desta situação, contudo fica triste, por verificar que um munícipe que tem investido no concelho, não consiga formalizar a legalização da sua viatura de venda ambulante. É de opinião, que o município deveria desencadear os mecanismos necessários à sua resolução.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a legalização desta situação está pendente da aprovação dos Regulamentos, que se encontram no Gabinete Jurídico para análise.-----

-----Também presente nesta reunião, o munícipe José Jerónimo Gonçalves Arêlo Manso, apresentou documento que de seguida se transcreve:-----

-----“Ex.ma Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Celorico da Beira-----

-----Assunto: Pedido de Informação -----

-----Permita-me que a cumprimente e através de si, saúde todos os munícipes presentes.-----

-----A minha intervenção deve-se a um **pedido de informação**, que requeiro seja plasmado em ata.-----

-----**Enquanto cidadão**, natural do concelho, **solicito que me seja dada a possibilidade de conhecer os critérios em vigor, pressupostos e procedimentos, que devem ser reunidos, para que um grupo de**

munícipes, possa propor e/ou promover a perpetuação da memória futura de um conterrâneo, na terra natal. -----

-----Em apreço está a vida e obra de um Homem, que ao longo de um século, que acabou, há cinco anos, foi quem mais contribuiu de forma empenhada e continuada para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida na sua Terra. -----

-----Apesar de solteiro teve casamento duradouro com “a sua aldeia” que nunca traiçou. Foi motor e combustível, da **Comissão de Melhoramentos da Aldeia**, condição que nunca alardeou, pois sempre preferiu, projetar em terceiros, louros que por direito eram dele. -----

-----Viveu exclusivamente do ordenado de funcionário. Profissional honrado, dedicado e competente de seriedade impoluta.-----

-----Pedi para muitos, nunca para Ele, tão pouco apregoou quem ajudou ou aquilo que doou. -----

-----**Seu maior feito**, foi agregar e motivar uma população parca de rendimentos para que de forma voluntária cada um contribuísse com o que pudesse e quisesse para a obra que por lá foi feita e foi muita, fosse conseguida, **sem a exclusão de ninguém**. Na década de 50 as gentes da sua terra, acordaram entre eles que quem tivesse ordenado mensal daria durante três anos, um mês de ordenado por cada ano... **ele deu três**. -----

-----Cedeu terrenos de raiz familiar para **escola e sede da Junta de Freguesia**.-----

-----Depois de Jubilado manteve um jornal gratuito distribuído na comunidade e sua diáspora.-----

-----**Foi o criador da Liga dos Amigos, mentor e dinamizador do lar da terceira idade**.-----

-----**Demoveu dificuldades na comunidade que se opunham ao alargamento dos caminhos, regularização e extensão dos regadios. Promoveu a sementeira de penisco nos baldios com ações de voluntariado ao Domingo, introduziu nova qualidade de batata com semente importada...** -----

-----**No testamento**... não esqueceu as instituições de cariz social da sua terra.-----

-----Apesar do que fica por dizer, **e é muito**, acredito ter descrito motivos suficientes para um reconhecimento, nomeadamente, toponímico, que permita perpetuar a sua memória e, quiçá, incentivar outros a seguir seus passos, no que tange ao amor à Terra que o viu nascer.-----

-----Não dignificar empenho passado como elemento estruturante do presente, pode comprometer sinergias futuras, **mas esse, não foi o legado deixado em Prados** pela geração que nos precedeu.-----

-----Celorico da Beira 30/09/2016-----

-----José Jerónimo Gonçalves Arêlo Manso”-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Prados** esclareceu que este assunto já foi discutido na Assembleia de Freguesia, estando neste momento, a ser encetados todos os procedimentos inerentes à sua resolução, conjuntamente com o município.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** disse que existem pessoas que, pela grandeza de que se revestem e pela importância da obra que realizaram, merecem ser homenageados. Tem conhecimento de que este assunto está a ser tratado pela Junta de Freguesia de Prados, estando em análise de que forma será feito.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** disse que a homenagem é devida, e todos concordam com a mesma. Efetivamente, há um atraso no procedimento, mas está a ser tratado.-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata.-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram 13:30h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

